



OFICINA PRÁTICA: MULHERES NEGRAS, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO – CAMINHOS DE LUTA, VOZES QUE TRANSFORMAM

Emmilly Santos Araújo Leonardo¹
Emy Falcão Maia Neto²

RESUMO

Este trabalho destaca uma intervenção realizada em formato de oficina pedagógica por educandas do curso de licenciatura em Educação do Campo (LEdOc) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN campus Canguaretama, com fomento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola estadual do campo de tempo integral no distrito de Piquiri, Canguaretama/RN. A intervenção visou promover a reflexão crítica sobre o papel histórico, social e cultural das mulheres negras na América Latina e no Caribe, fortalecendo o respeito, a equidade, a valorização da diversidade e o enfrentamento do racismo e do sexismo – 25 de Julho. O objetivo é apresentar reflexões acerca da temática explorada com os educandos e sua relevância. Dewey (1938) e Gonzalez (2020), fornecem arcabouço teórico-metodológico para esta ação, uma vez que existe a necessidade urgente de construir uma prática educacional que reconheça a América Latina como um território profundamente marcado por desigualdades étnico-raciais e de gênero. A intervenção realizada foi determinante para a concretização deste feito, haja vista que, a aprendizagem dos educandos adquiriu maior significado quando enraizou-se com experiências concretas que conectaram-os à teoria e prática. Os resultados indicam que os estudantes passaram a compreender de forma mais profunda o papel das mulheres negras na construção das sociedades latino-americanas e caribenhas, além de serem convidados a valorizarem uma história que, tradicionalmente, foi invisibilizada pelo currículo de base eurocêntrica.

Palavras-chave: Intervenção pedagógica, Protagonismo da mulher latino-americana e caribenha, Julho das Pretas, Descentralização do currículo, Lei 10.639/2003.

INTRODUÇÃO

O dia 25 de Julho é uma data de grande relevância para a valorização da história, cultura e luta das mulheres negras na América Latina e no Caribe. Instituído em 1992, durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhais, o dia simboliza a resistência histórica dessas mulheres contra o racismo, o sexismo e a exclusão social. Tendo em vista isso, a proposta formativa em questão visou promover a reflexão crítica sobre o

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, emmilly.araujo@academico.ifrn.edu.br.

² Este artigo é resultado de um projeto de extensão, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através do Programa de Iniciação à Docência (PIBID).



papel histórico, social e cultural das mulheres negras na América Latina e no Caribe,

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

fortalecendo o respeito, a equidade, a valorização da diversidade e o enfrentamento do racismo e do sexism.

A intervenção³ ocorreu na Escola Estadual em Tempo Integral Felipe Ferreira – caracterizada como escola do campo, no distrito de Piquiri, Canguaretama/RN. Sendo realizada por bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – campus Canguaretama, do curso de Licenciatura em Educação do Campo. A proposta contou com o acolhimento da gestão escolar e das turmas do 1º ao 3º ano, onde atuou-se com educandos de diferentes faixas etárias.

Foi possível promover momentos de reflexões a fim de reconhecer a importância das mulheres negras na construção social, cultural, política e econômica, refletir sobre os desafios enfrentados por mulheres negras, bem como suas lutas e conquistas, estimular práticas de respeito à diversidade e combate ao racismo e ao sexism no ambiente escolar e assim, valorizar a cultura afro-latino-americana e caribenha.

Abordar esse tema – Dia Internacional da Mulher Negra na América Latina e no Caribe – no ensino médio é crucial para valorizar a importância histórica dessas mulheres, frequentemente esquecidas pelos currículos tradicionais. Ao trazer essa discussão para a sala de aula, contribui-se para o desenvolvimento da consciência crítica nos estudantes, promovendo valores como respeito à diferença, justiça social e direitos humanos. Além disso, é de suma importância destacar que a atuação esteve em consonância com a Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, fortalecendo a construção de uma educação antirracista e inclusiva.

Em outras palavras, o objetivo do projeto foi proporcionar uma abordagem lúdica, dinâmica, coletiva e de espírito livre para conceituar e problematizar o conteúdo histórico abordado nos currículos quanto à temática, estimulando a autonomia dos discentes na investigação. Dado que, acredita-se que o uso de oficinas práticas-criativas pode envolver os estudantes de forma mais eficaz, estimulando sua curiosidade, criatividade e capacidade cognitiva. O uso de oficinas práticas-criativas no processo de ensino-aprendizagem é respaldado por diversas perspectivas teóricas que valorizam a experiência ativa, a interação social e a expressão criativa.

³ Professor orientador: Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC, emyhistoria@gmail.com



Para Dewey (1938), a aprendizagem adquire maior significado quando está enraizada em experiências concretas que conectam teoria e prática. De uma perspectiva crítico-emancipatória, Freire (1996) argumenta que os estudantes devem ser agentes ativos na construção do conhecimento, o que é alcançado quando as oficinas são fundamentadas em sua realidade e incentivam a resolução de problemas.

As oficinas, portanto, configuram-se como uma metodologia pedagógica capaz de instigar a curiosidade dos estudantes, promover o aprimoramento de competências cognitivas e favorecer a construção de sua autonomia intelectual. No contexto da oficina desenvolvida, tais práticas também se mostraram potentes instrumentos de valorização da identidade, promoção do debate crítico sobre questões raciais e de gênero e fortalecimento do protagonismo das mulheres negras, contribuindo para a formação de uma consciência social mais justa e inclusiva.

METODOLOGIA

A metodologia foi organizada em etapas dinâmicas e participativas com foco no reconhecimento e valorização das mulheres negras latino-americanas e caribenhais. A atividade iniciou com uma acolhida e roda de conversa, utilizando uma pergunta norteadora para estimular a escuta e o compartilhamento de saberes prévios dos estudantes. Em seguida, realizou-se a apresentação do tema e contextualização histórica da data, com apoio de um vídeo curto da pesquisadora Djamila Ribeiro, abordando questões como relações raciais e a solidão da mulher negra.

Na sequência, os educandos participaram da dinâmica "Quem sou eu?", em que, divididos em grupos, relacionaram imagens e biografias de mulheres negras influentes, promovendo o trabalho em equipe e o reconhecimento de figuras históricas importantes. Posteriormente, ocorreu a Oficina de Expressão, em que os educandos puderam escolher formas criativas para expressar suas reflexões, como cartazes, poemas, raps, colagens ou desenhos. A atividade foi finalizada com a exposição e socialização dos trabalhos, fortalecendo o protagonismo estudantil e a valorização da diversidade cultural e étnico-racial.





Para a efetiva realização da oficina e com o objetivo de garantir a participação ativa e significativa dos discentes, optou-se por utilizar uma variedade de recursos didáticos, pedagógicos e lúdicos que contribuíram para o dinamismo e a diversidade das atividades propostas. Foram empregados recursos tecnológicos como projetor, notebook, internet e caixa de som, fundamentais para a apresentação do vídeo e contextualização do tema de forma acessível e atrativa. Esses recursos facilitaram a exibição do conteúdo audiovisual que enriqueceu o debate e promoveu maior engajamento dos estudantes. Além disso, utilizou-se materiais físicos como cartolina, pincéis, tintas, canetões e lápis de cor, que permitiram a livre expressão artística dos estudantes durante a oficina de produção.

Esses materiais estimularam a criatividade e tornaram o momento de reflexão mais interativo e sensível às múltiplas formas de expressão juvenil. Também foram distribuídas biografias impressas de mulheres negras latino-americanas e caribenhas – Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Argélia Laya, María Elena Moyano, Virginia Brindis de Salas, Suzanne Bélair - Sanité, Teresa de Benguela, Maria Remedios del Valle e Rigoberta Menchú – possibilitando aos grupos o acesso direto às histórias dessas personalidades. Esse recurso favoreceu o aprendizado por meio da leitura, análise e discussão, promovendo a valorização de referências negras femininas ainda pouco conhecidas no ambiente escolar.

O uso combinado desses recursos assegurou uma abordagem integradora e inclusiva, respeitando os diferentes estilos de aprendizagem e incentivando o protagonismo dos estudantes ao longo de toda a prática pedagógica. A oficina proporcionou um espaço de diálogo e construção coletiva do conhecimento, no qual os educandos participaram ativamente das discussões sobre o papel histórico, social e cultural das mulheres negras na América Latina e no Caribe. Desde o início, com a roda de conversa, os estudantes demonstraram interesse e curiosidade, compartilhando saberes prévios, opiniões e dúvidas, o que enriqueceu o debate e revelou a importância de criar um ambiente seguro e acolhedor para o diálogo.

Durante a dinâmica “Quem sou eu?”, os estudantes se engajaram com entusiasmo, interagindo em grupo e buscando identificar, por meio das biografias, a trajetória das mulheres negras apresentadas.





Esse momento favoreceu a aprendizagem ativa, pois os discentes não apenas absorveram conteúdos, mas também os reconstruíram de forma crítica, reconhecendo lideranças negras que resistiram e transformaram realidades em diferentes contextos históricos. A produção de cartazes, raps e pinturas revelou a capacidade dos educandos de traduzir os conteúdos discutidos em formas artísticas significativas.

Isto foi a culminância do processo de aprendizagem, pois representou não só a compreensão dos temas trabalhados, mas também, a apropriação simbólica e afetiva do conhecimento. Vale destacar, que foi necessário realizar mediações constantes ao longo da oficina, promovendo escuta ativa, esclarecendo dúvidas, incentivando a participação igualitária e conduzindo reflexões mais profundas sobre racismo, sexism e identidade. Algumas intervenções foram necessárias para garantir o respeito nas falas, orientar as produções e reconduzir o foco em determinados momentos. Essas mediações foram essenciais para manter o equilíbrio entre liberdade de expressão, organização e propósito pedagógico da atividade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo ancora-se em discussões que articulam educação, relações étnico-raciais, gênero e práticas pedagógicas emancipatórias. Gonzalez (2020), enfatiza a necessidade urgente de construir uma prática educacional que reconheça a América Latina como um território profundamente marcado por desigualdades étnico-raciais e de gênero, onde mulheres negras ocupam um lugar central na resistência e na produção cultural. Sua perspectiva feminista afro-latino-americana amplia a compreensão da escola como um espaço político e potencialmente transformador, capaz de romper com o colonialismo do conhecimento. Nesse sentido, o ambiente escolar é compreendido como um território de contestação simbólica no qual identidades historicamente marginalizadas podem ser afirmadas.

Ribeiro (2018), contribui ao argumentar que o feminismo negro é simultaneamente um projeto ético e pedagógico que problematiza estruturas de poder e propõe uma interpretação intersexo da opressão.





Ao introduzir discussões sobre a solidão, a representação e as relações raciais das mulheres negras no espaço educacional, a escola pode fomentar a formação de indivíduos críticos, conscientes de seu papel social e comprometidos com o combate à discriminação. Essas reflexões conectam-se diretamente com o movimento “Julho Negro”, que na última década se tornou um marco na valorização da história, da cultura e do papel das mulheres negras na sociedade brasileira.

Carneiro (2022), enfatiza que a autoestima e a afirmação identitária das mulheres negras são elementos-chave do processo de emancipação coletiva. Seu trabalho destaca a necessidade de integrar essas narrativas ao currículo, não apenas para combater o racismo estrutural, mas também para combater a marginalização simbólica, criando espaços escolares onde a identidade negra possa ser construída positivamente. Essa perspectiva ecoa a Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, reforçando a obrigação legal e ética da educação de promover a igualdade racial.

Dessa forma, reconhecendo o papel central da autoestima e da afirmação identitária das mulheres negras no processo de emancipação coletiva, afirma-se a necessidade urgente de práticas pedagógicas que valorizem a história e a cultura afro-brasileira e africana. A efetiva implementação da Lei 10.639/2003 nesse sentido não se limita ao cumprimento de uma exigência legal, mas constitui um instrumento de transformação social, capaz de combater o racismo estrutural e a marginalização simbólica. Logo, a escola torna-se um espaço estratégico para a construção de identidades positivas, o fortalecimento da consciência crítica e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As oficinas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do “Julho das Pretas” incorporaram os pressupostos teóricos apresentados, configurando-se como uma metodologia ativa que articulou diálogo, escuta e expressão criativa. Sua execução evidenciou desafios relevantes, como a desconstrução de estereótipos, a mediação de falas sensíveis e a preservação de um espaço seguro e respeitoso para o debate.





Essas situações demandaram mediações pedagógicas constantes, pautadas na escuta atenta e na sensibilidade, de modo a assegurar que todos os estudantes se sentissem acolhidos e respeitados, sem perder de vista o foco nas reflexões propostas. Tal dinâmica possibilitou aos participantes relacionar suas vivências às temáticas discutidas, potencializando o desenvolvimento de competências críticas e o fortalecimento da consciência social, em alinhamento com os princípios da educação antirracista e com a perspectiva de descolonização dos currículos escolares.

Ao criar pontes entre as experiências e os temas discutidos, a oficina transcendeu modelos tradicionais de aprendizagem, baseados na transmissão de conhecimentos, para promover uma aprendizagem contextual, crítica e significativa. Em suma, a oficina pedagógica foi concebida como estratégia didática para retratar as lutas cotidianas de mulheres negras ao longo do tempo, bem como os obstáculos que enfrentam para concretizar seus projetos de vida.

Frequentemente, essas mulheres são representadas pela sociedade como meras vítimas, em razão de denunciarem suas vivências – postura que desperta reações de repulsa entre “indivíduos ideologicamente guiados pelo eurocentrismo, machismo e racismo, dado que, ancorados em suas ideologias infames, pressupõem que tais mulheres deveriam continuar caladas e submissas” (Da Silva; Araújo; Teixeira; Andrade; Lima, 2023, p. 1713).

A investigação desses temas, contudo, não deve restringir-se a datas comemorativas definidas sob a ótica colonizadora, mas ampliar-se como prática contínua que favoreça a promoção efetiva da igualdade racial. Assim, torna-se possível vislumbrar, a médio e longo prazo, a erradicação do preconceito, da noção de superioridade racial e de suas manifestações sistêmicas discriminatórias, avançando na desconstrução de paradigmas e na construção de um percurso de descolonização dos currículos escolares.

Ao adotar essa perspectiva, a escola desempenha um papel estratégico na formação de cidadãos críticos e, além disso, comprometidos com a transformação social. Ressaltando uma abordagem contínua às questões de raça, gênero e identidade, alicerçada em práticas pedagógicas dialógicas e participativas, permitindo que o ambiente escolar se torne um espaço de resistência e valorização de saberes historicamente invisibilizados.



Essa abordagem exige dos professores não apenas proficiência teórica, mas também sensibilidade para a mediação de conflitos, abertura à diversidade de perspectivas e promoção de debates que fomentem o respeito e a empatia. Dessarte, o enfrentamento do racismo estrutural e da desigualdade social torna-se parte integrante do cotidiano escolar, não como um conteúdo isolado, mas como um princípio norteador de todo o processo educacional. O que resulta em práticas pedagógicas que promovam a equidade, o respeito e a valorização das identidades diversas, através de um currículo descolonizado, pluralista e inclusivo, aliada ao fortalecimento da consciência histórica e cultural dos discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados da oficina em alusão ao Julho das Pretas revelou que a conexão entre teoria e prática pedagógica, enraizada nos trabalhos de Gonzalez (2020), Ribeiro (2018) e Carneiro (2022), fomenta não apenas o desenvolvimento de competências críticas, mas também o fortalecimento da identidade e a valorização das narrativas de mulheres negras. As discussões e atividades propostas permitiram que os participantes da oficina, compreendessem a complexidade das questões étnico-raciais e de gênero, reconhecendo seu impacto nas realidades sociais e históricas. Esse processo confirma que práticas pedagógicas contextualizadas, engajadas na educação antirracista, podem transformar o ambiente escolar em um espaço de emancipação e resistência, fortalecendo o combate ao racismo estrutural e à marginalização simbólica.

A partir dessa experiência, se reconhece a importância de estender o debate à comunidade acadêmica, incentivando futuras pesquisas que aprofundem a compreensão do papel de datas como o 25 de julho no desenvolvimento de currículos descolonizados e inclusivos. Essa exploração abre caminhos para pesquisas que explorem métodos de ensino participativos e criativos, potencializando seu impacto tanto no desenvolvimento dos educandos quanto na prática docente. Além disso, o diálogo com as análises apresentadas neste trabalho demonstra que a integração de referenciais teóricos e experiências concretas não apenas potencializa o processo educativo como também cria condições para a consolidação de políticas educacionais que promovam efetivamente a equidade racial e social.





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Essa integração não se limita ao alcance individual dos estudantes, mas reverbera coletivamente, contribuindo para a construção de uma consciência social mais ampla e comprometida com a justiça e a equidade. No caso específico da experiência com o Julho das Pretas, observou-se que um ambiente escolar aberto ao diálogo e que valoriza saberes historicamente marginalizados, fortalece o senso de pertencimento e a autoestima, ao mesmo tempo em que estimula a reflexão crítica e a ação cidadã. Esses elementos, sistematicamente integrados ao currículo, criam condições concretas para a implementação de políticas educacionais mais sensíveis à diversidade e mais eficazes no combate às desigualdades estruturais.

Ademais, o êxito da oficina indica que a utilização de metodologias ativas, centradas na escuta e na participação, pode servir como modelo para outras iniciativas pedagógicas voltadas à educação antirracista e à descolonização do saber. Portanto, investir na continuidade e no aprofundamento de experiências desse tipo não apenas fortalece o papel social da escola, mas também contribui para a consolidação de um projeto educativo voltado para a promoção de mudanças sociais e para o fortalecimento de uma sociedade plural, democrática e genuinamente equitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP nº 1/04. Seção 1, p.11. Diário Oficial da União, 22 de junho de 2004. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DA SILVA, Brenda; ARAÚJO, Emmilly; TEIXEIRA, Jainy; ANDRADE, Madsonara; LIMA, Ana Cristina. Descolonizando o Calendário Escolar: O Julius das Pretas na E.E Felipe Ferreira (Canguaretama / RN). In: Seminário Internacional de Práticas Educativas (8.: 2023: Mamanguape, PB). Anais do VIII Seminário Internacional de Práticas Educativas–SECAMPO. “**PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E ESPERANÇAR. Resistindo, Reagindo e Recriando a educação na história**”. 10 a 12 de outubro de 2023, Mamanguape, PB / Organização: Paulo Roberto Palhano Silva, Nilvania Santos Silva, Baltazar Macaíba de Souza, Maika Bueque Zampier, José Mateus do Nascimento, Lusival Antonio Barcellos e Aurélia Coutinho Beserra de Andrade. João Pessoa: Editora do CCTA, 2023.

DEWEY, John. **Experience and Education**. New York: Macmillan, 1938.



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** São Paulo: Zahar, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.